

**INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ – ICESPI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA**

JOSÉ FELIPE DO NASCIMENTO NETO

OS LIMITES DA LIBERDADE ABSOLUTA EM SARTRE

**TERESINA
2013**

JOSÉ FELIPE DO NASCIMENTO NETO

OS LIMITES DA LIBERDADE ABSOLUTA EM SATRE

OS LIMITES DA LIBERDADE ABSOLUTA EM SATRE

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do profº. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Orientador

TERESINA

2013

ICESPI - Biblioteca	
10362	02/04/14

cod. 4345
100
N2442

JOSÉ FELIPE DO NASCIMENTO NETO

OS LIMITES DA LIBERDADE ABSOLUTA EM SATRE

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do profº. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Aprovado com conceito _____
Teresina ____ de _____ 2013

Orientador

Examinador (a)

Examinador (a)

Dedico o presente trabalho à minha família, principalmente minha mãe e a meu pai que tanto me ajudaram, deram forças em todos os momentos de minha vida, a D. Alfredo, bispo de minha diocese, aos padres: Eduardo, Roberto, Henrique, Marcelino, meus amigos, meus professores e superiores do Seminário Maior Sagrado Coração de Jesus.

RESUMO

O que faz de cada homem um ser livre é a liberdade de escolha que ele tem a qualquer momento de sua vida. É essa liberdade que o torna um ser humano e não um animal. É essa liberdade que o torna um ser capaz de amar, de sofrer, de lutar, de vencer, de morrer. É essa liberdade que o torna um ser capaz de criar, de inventar, de descobrir, de transformar. É essa liberdade que o torna um ser capaz de ser feliz. É essa liberdade que o torna um ser capaz de ser livre.

Palavras-chave: liberdade, escolha, verdade, outro.

Agradeço primeiramente a Deus por estar presente, em cada momento de minha vida me dando forças e não me deixando desistir nas situações mais adversas da vida. Agradeço à meus pais, ao meu bispo, aos padres amigos e ao pároco de minha cidade que direta ou indiretamente contribuíram para meu sucesso.

RESUMO

O que faz de cada homem um ser único é o conjunto de escolhas que ele tem e realiza, sendo que, essa escolha parte da capacidade humana e vontade de ser livre. É exercendo o livre-arbítrio que o homem toma decisões no decorrer de sua vida, projetando-se para o futuro, define profissão, muda de ambiente quando deseja, enfim, se constrói. Sartre é considerado um dos principais pensadores do mundo atual e a principal obra de sua temática é a dualidade, que se infiltra no comportamento humano, entre a realidade e a sociedade, pois o homem vive entre a vontade de se libertar da sociedade, fugir às regras, às repressões, libertar-se de si mesmo. Pois a liberdade é que possibilita a concretização daquilo que se quer ser, formulando novas dimensões do que acredita ser verdade e imutável. Não se deixa convencer pelo pré-determinado, mas busca a verdade, desvelando o que muitas vezes ninguém enxerga, sem medo de confrontar o poder de mudar. Portanto Sartre apresenta uma forma de liberdade absoluta que proporciona ao homem independência de sua condição de ser livre.

Palavras – chave: Homem. Liberdade. Sociedade. Verdade. Outro.

ABSTRACT

What makes every man to be a unique being is the set of choices he has and performs, in a way that it comes from a human capacity and will of being free. It is exercising the free will that man makes decisions in the course of his life, projecting into the future, defines profession, environment changes when wish, in short, he builds himself. Sartre is considered one of the leading thinkers in the world nowadays and the main theme of his work is the duality that infiltrates in human behavior, between reality and society as man lives between the desire to break free of society, to escape the rules, the repression, get free from himself. Freedom is what enables the realization of what one wants to be, formulating new dimensions of what that person believes to be true and unchanging. Not convinced by the pre-determined, but seeks the truth, unveiling what is often one sees, without fear of confronting the power to change. Therefore, Sartre presents a form of absolute freedom that provides independence to man from his condition of being free.

KEYWORDS: Man. Liberty. Society. Truth. Other.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. PROBLEMÁTICA DA LIBERDADE NA HISTÓRIA.....	11
2.1 A liberdade para os gregos.....	11
2.2 Concepção de liberdade no período medieval e moderno.....	13
2.3 A visão de liberdade na contemporaneidade.....	14
3 AS CONCEPÇÕES DE LIBERDADE.....	18
3.1 A liberdade como determinação.....	18
3.2 A liberdade como essência.....	21
3.3 Concepção de liberdade como existência.....	24
4 AS RESTRIÇÕES DA LIBERDADE ABSOLUTA NA SOCIEDADE.....	28
4.1 Condicionamentos da liberdade.....	28
4.2 O outro.....	31
4.3 A morte.....	37
5. CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Desde todos os tempos e sociedades, o homem busca ser livre. A sociedade hodierna passa por uma expressiva transformação, na qual, todos buscam de todas as formas serem livres. A liberdade não é somente física, espacial, religiosa ou de expressão, mas busca uma liberdade que está acima de si mesmo. As escolhas que o homem faz, os momentos em que reflete sobre sua própria vida e planeja seu futuro, são atitudes relacionadas à prática do filosofar expressando seus valores

Muitos filósofos refletiram sobre a liberdade, construindo conceitos e trabalhando a efetivação da sua realidade completa. Jean-Paul Sartre é considerado um dos principais pensadores do mundo atual, escritor e crítico francês, conhecido como representante do existencialismo, apresenta uma forma de liberdade absoluta que proporciona ao homem independente da sua condição ser livre e agir conforme a sua vontade, o homem é quem se faz, quem se constrói, faz de si o que quer ser, a liberdade é o principal fator para a construção e desenvolvimento do homem.

Na sua obra *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*, o tema da liberdade é trabalhado com bastante afinco. Para Sartre, nossas escolhas são direcionadas por aquilo que nos aparenta ser o bem, mais especificamente por um engajamento naquilo que aparenta ser o bem e assim tendo consciência de si mesmo. O modo de agir humano por si é um ato livre de qualquer pressão externa, ou qualquer lei da natureza. O homem existe para ser livre independentemente de qualquer circunstância que possa contradizer a condição de homem, ele se faz e se projeta para ser livre. A liberdade se constitui de uma permanente possibilidade de ser, essa possibilidade é que leva o homem a ser o que ele quer ser e fazer de suas intenções um ato. A liberdade do ser é sempre um projetar-se além do presente, abrindo para o homem um futuro de possibilidades irrealizadas.

O homem defrontando-se com sua realidade em ser o que se quer ser, torna-se cada vez mais livre, o ser que não se prende à realidade presente, ele está sempre além daquilo que ele é. A liberdade consiste em fazer-se independentemente da situação e do momento, não se tornando um objeto, sem reflexão, igual a animais movidos pelos instintos. O projetar-se para além da realidade dá ao homem a oportunidade de ser-o-que-se-quer-ser.

O presente estudo teve como objetivo geral apresentar o conceito de liberdade desenvolvido pelo filósofo Jean-Paul Sartre em sua obra *O ser e o nada* e

lançar uma crítica aos reflexos desta na sociedade hodierna, e como objetivo específico: caracterizar os principais conceitos de liberdade antes do existencialismo sartreano e identificar os traços de liberdade na sociedade em Sartre, analisando e lançando uma crítica a essa liberdade absoluta, a liberdade em seu contexto atual.

Diante de um tema tão complexo, este estudo tem cunho bibliográfico do tipo qualitativo descritivo sobre a liberdade, que teve como base a obra *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*, que tratará de trazer novas reflexões sobre o agir humano na Contemporaneidade. Surge então, os seguintes questionamentos: somos verdadeiramente livres para poder fazer o que queremos? Quais as implicações que a minha liberdade pode trazer para afetar a vida do outro? A liberdade é em si uma busca de autonomia, uma procura por fazer-se. Para Sartre, apenas o homem é responsável pelo seu próprio destino, no entanto, não é aquilo que se faz do homem, mas aquilo que ele faz do que fizeram dele, a liberdade é que faz o homem ser aquilo que ele é.

Muitas pesquisas estão sendo realizadas para saber se o homem é verdadeiramente livre, elas tentam provar que a liberdade não existe: as decisões seriam tomadas automaticamente por nosso cérebro e não teríamos controle sobre isso.

O presente trabalho apresenta a seguinte estrutura: Introdução, desenvolvimento, conclusão. Sendo o primeiro capítulo destinado a demonstrar o conceito de liberdade que os gregos possuíam diante das estruturas que regiam suas vidas, os modernos e contemporâneos; o segundo voltado para as concepções de liberdade apresentando os seus conceitos principais e o terceiro apresenta uma crítica ao pensamento de Sartre diante da limitação que a liberdade absoluta, defendida por ele, sofre.

2 PROBLEMÁTICA DA LIBERDADE NA HISTÓRIA

2.1 A liberdade para os gregos

Na história do pensamento humano encontramos várias teorias e sistemas que põem em dúvida ou que negam explicitamente que o homem seja livre. Para os gregos, o que mais implicava nas suas vidas era seu pensamento mitológico, ao qual os homens declaravam-se submetidos ao destino, aos espíritos, aos demônios, à lua, aos astros etc., que os impediam de ser senhor das próprias ações.

Durante todo o período grego, aos quais, os homens eram submetidos a algumas divindades superiores, eles não se questionaram sobre o que os levavam a agir de tal maneira. Inicialmente a liberdade designa a condição oposta à escravidão, Sócrates e Platão introduzem a noção de liberdade racional; na doutrina socrática agimos bem quando conhecemos a virtude livres e ao ignorarmos essa virtude agimos mal. Baseado no pensamento de Sócrates nos diz Reale (1990, p. 91): “o verdadeiro homem livre é o que sabe dominar aos seus instintos, o verdadeiro homem escravo é o que, não sabendo dominar seus instintos, torna-se vítima deles.”

Ao chamar de: autodomínio, o domínio de si mesmo, Sócrates dá início ao processo de libertação das concepções iniciais de governo e controle da natureza sobre o homem. Sendo senhor de si mesmo e tendo domínio sobre suas paixões, o homem torna-se capaz de atribuir não mais às divindades as suas realizações, pois, ele passa a agir conforme a sua vontade.

No entanto, deve-se fazer uma ressalva ao se falar da liberdade na antiguidade, pois, neste período a ideia de liberdade estava restrita ao campo político e não dizia nada respeito da vida privada dos indivíduos. A concepção de que a vida livre se faz em conjunto se estabelece em Aristóteles, para quem a vida boa é a vida da Pólis.

O indivíduo que participa da Pólis pode sim, falar de liberdade, pois ele não precisa se preocupar com afazeres, não tem a necessidade de labutar para sobreviver, ele é livre e não escravo. O homem que participa da Pólis, porquanto, da política, este sim, pode-se considerar um homem livre.

Mesmo Sócrates e Platão tendo introduzido no pensamento grego um novo conceito de pensar e formas novas de agir conforme a liberdade, o pensamento

grego, continuava impregnado das regras da mitologia, que ainda detinha um grande domínio sobre a vida dos indivíduos, determinando o passo que cada um deveria seguir.

O pensamento grego não conseguiu realizar satisfatoriamente uma investigação do problema da liberdade, que permanece preso ao problema de considerar todas as coisas sujeitas ao destino, à natureza (Cosmos) e à história.

Sobre a questão do destino, considera que todas as coisas estão sujeitas a ele, a uma vontade absoluta, superior aos homens e aos deuses, que acaba por determinar consciente ou inconscientemente todas as ações; portanto, é por esse motivo que os gregos dizem que os homens estariam isentos de qualquer responsabilidade por suas ações. Tomemos, por exemplo, a tragédia de *Édipo rei* de Sófocles. Quando, no final, Édipo cega, diz: "Foi o deus Apolo que me quis submeter a esta amargura! Porém a mão que golpeou meus olhos não foi a de ninguém, senão a minha: que mais pudera eu desejar ver, se a vista só me dava desprazer?" (SÓFOCLES apud ARANHA; MARTINS, 1976, p. 66).

A submissão ao destino sempre estava presente no pensamento grego, atribuindo às divindades tudo o que lhes acontecia. A reflexão não era feita e os homens seguiam seus caminhos trilhando rumo ao seu fim, sem colocar em voga a sua vontade e sua liberdade perante os fatos que lhes aconteciam.

A outra limitação do pensamento grego, o homem é sujeito à natureza (ao cosmos), ela é quem o governa, pelo que o homem não pode ir contra ela. Ao atribuir à deuses o governo de suas vidas, os gregos também colocaram nessas divindades poderes sobrenaturais que se confundem com as forças que a própria natureza tem. Assim os acontecimentos naturais também eram atribuídos aos deuses, tudo o que acontece no mundo é ação dos deuses; todos os fenômenos naturais são promovidos pelas divindades: o trovão e o raio são lançados do alto por Zeus, as ondas do mar são agitadas pelo tridente de Posêidon, os ventos são soprados por Éolo, e assim por diante. A vontade dos deuses é que afeta a vida dos seres humanos conforme a sua vontade.

E, por fim, o homem é escravo da história, concebida pelos gregos como movimento cíclico, onde tudo se repete regularmente em certo período de tempo. Quando se condiciona a vida à história, os gregos interpretaram a noção de história como movimento, e no movimento há sempre alguma coisa que permanece e

alguma coisa que muda. Ao perceber a permanência de algumas coisas, eles foram condicionando ainda mais a sua realidade.

2.2 Concepção de liberdade no período medieval e moderno

No pensamento moderno encontramos, com frequência, o refrão: se Deus existe, o homem não é livre; mas se o homem é livre, e, portanto Deus não existe. A existência de Deus representa a maior objeção contra a liberdade humana. Santo Tomás, dentre várias objeções à liberdade, dá sempre relevo à objeção “teológica”. Assim, por exemplo, no *De veritate* (Suma teológica I, q. 83, a. 1) lemos:

Diz-se propriamente obrigado (a agir) aquele que não pode deixar de fazer uma coisa, mesmo que não queira fazê-la. Ora, a vontade humana não pode deixar de querer aquilo que Deus, com sua vontade, decidiu que ele deve querer; do contrário, a vontade de Deus seria ineficaz em relação à vontade humana. Portanto, a vontade humana pode ser obrigada por Deus.

A vontade de Deus como sendo condicionadora da vontade do homem, faz com que ele torne-se um ser determinado pela vontade, essa vontade concedida ao homem não passa de uma vontade de Deus. Deus sendo o determinante da vida do homem traz para si uma dependência de suas atitudes, pois, a existência de Deus faz com que o homem não assuma para si as responsabilidades que lhe seriam atribuídas. Assim nos diz santo Tomás (Suma teológica I, q. 83, a. 1): “Com efeito, aquele que é dotado de livre-arbítrio faz o que quer. Ora, o homem não faz o que quer. [...]. Logo, o homem não é dotado de livre-arbítrio.”

Por não ser dotado de livre-arbítrio as atitudes tomadas pelos homens faz com que eles permaneçam em um estado de total subordinação a algo superior, este algo, é Deus. Colocar Deus como sendo o controlador das atitudes humanas faz com que ele se isente de suas responsabilidades. Se o homem fosse livre e pudesse “fazer o que quer”, ele teria que negar a existência de algo superior que seria esse Deus onipotente. O homem tornando-se senhor de si e de suas atitudes é totalmente incompatível com a existência de Deus. O homem não é dotado desse livre-arbítrio:

Além disso, aquele que é dotado de livre-arbítrio pode querer e não querer, agir e não agir. Ora, isso não cabe ao homem, pois segundo a Carta aos Romanos: ‘Nem o querer cabe àquele que quer, nem a corrida àquele que

corre'. Logo. O homem não é dotado de livre-arbítrio. (Suma teológica I, q. 83, a. 1)

O homem por mais que queira ser livre, acreditando em Deus, ele entra em um confronto interno consigo mesmo, pois, a vontade de Deus passa a ser superior à sua vontade e ele age, não por livre decisão, mas por coação à vontade desse ser superior que é Deus, tornando-se assim não um ser livre e autônomo, mas um ser subordinado e preso.

Todo o contexto do período moderno foi marcado pela ação de Deus na vida do homem, anteriormente, quando se falava do período grego que foi marcado pela mitologia, percebeu-se uma grande ação e influencia dos deuses na vida do homem. Foi-se tirada a concepção de vida determinada pelos deuses passando para a ação de um só Deus governador e ordenador de todas as coisas.

A liberdade sempre toma grande proporção quando se enfoca a intervenção de um ser superior sobre a vida humana, pensando ser livre, o homem sempre encontra algo que está acima dele e que faz julgamento de todas as suas ações. A liberdade de escolha limitada por uma divindade perpetua o imaginário humano em toda a sua vida, pois é a partir de sua consciência de humano que ele encontra a sua liberdade. Ademais, ao confrontar-se consigo mesmo o homem passa a assumir responsabilidade por todas as suas ações, o que encontraremos na visão contemporânea de autonomia da visão existencialista.

2.3 A visão de liberdade na contemporaneidade

Falar de liberdade na contemporaneidade e não falar em Sartre, tão pouco, em existencialismo é algo impossível. Para ele a existência precede a essência, essa frase é o fundamento de seu pensamento, pois ao colocar a existência antes da essência, ele rompe com toda uma corrente que determina o homem a ser e seguir aquilo que sua essência o determina a ser. Compreender que o homem existe e faz de si o que se quer ser acarreta em grandes proporções uma reviravolta no pensamento filosófico essencialista.

Com efeito, Sartre (1970, p. 216) nos explica como se fundamenta o seu pensamento, nos diz ele:

Mas se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo o homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. [...] Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. [...] Se a existência, por outro lado, precede a essência e se quisermos existir, ao mesmo tempo em que construímos a nossa imagem, esta imagem é válida para todos e para nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade.

Visto que o ser humano se caracteriza pelo seu existir antes de uma concepção de essência, demonstra um ato de mudança e não de permanência em um estado, isto, caracterizando que o homem está em constante transformação, esta que se funda no seu ser livre. O homem ao se desprender da sua concepção essencialista passando a se ver como um ser existente capaz de atuar como senhor de si mesmo, traça uma nova maneira de vivenciar a sua vida.

O homem passa a não mais fundamentar a sua existência, em uma essência de homem que se encontra acima dele, mas na sua realidade mesmo como ser existente. O homem não é mais apenas um objeto, uma coisa no mundo, mas ele é ele mesmo, ser existente.

O pensamento de Sartre reflete a preocupação, dita "existencial", de que o homem, posto no mundo pela sociedade, política, família, educação, ou hábitos adquiridos, está sempre, não num corredor estreito, ou num curral, mas numa encruzilhada de múltiplos caminhos. Sartre propõe que o homem não está mais preso a uma facticidade, esta que quer dizer: dimensão de "coisa" que todo ser humano tem, isto é, o conjunto das suas determinações. Segundo a facticidade, encontramos-nos no mundo como um corpo, com determinadas características psicológicas, como pertencentes a uma família, a um grupo social, situados em um tempo e espaço que não escolhemos. A escolha, pelo ser humano, dentre os vários caminhos, deve revestir-se da responsabilidade de uma opção, atuante, participante, por mais que isto possa parecer inquietante, ou incômodo.

Sartre (1970, p. 216) rompe com a ideia de facticidade dizendo que:

...o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que

não há Deus para concebê-lo. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.

O processo pelo qual o homem vem a ser a cada momento, aquilo que se torna, é a liberdade, na medida em que o homem torna-se ou se faz aquilo que ele escolhe a partir de uma total indeterminação. A liberdade é a raiz última de todas as opções, nada havendo antes dela que pudesse interferir na escolha; ela não se confunde com a própria realidade humana: não se trata de uma faculdade ao lado de outras (como vontade e intelecto nas teorias tradicionais), mas sim de algo que não se remete a nada mais do que a si mesmo. Não existe fundamento da liberdade assim como não existe fundamento da realidade humana.

A existência do homem é a sua liberdade. Ao colocar no homem todos os seus fundamentos e todas as suas atribuições de escolha, o homem torna-se um projeto, algo que não fica preso a um tempo e a um espaço, mas que se lança para um futuro ao qual ele se faz. O homem não é ser, é, entretanto, projeto de ser: por via das escolhas livres, projeta-se para ser, isto é, para totalizar ou realizar o seu ser.

Tal princípio existencialista expressado por Sartre exclui a necessidade de uma essência que preceda a existência do homem, toma o homem como uma realidade que precisa se fazer, interpretando o homem como um projeto autônomo, dono de si. Não existe nada anterior a ele que possa fazê-lo ser. Esta concepção traz para o presente e o futuro aquilo que o homem deve construir de si.

Para Sartre, o exercício da liberdade nas ações de escolher o que fazer é sempre um ato intencional, é sempre movido por uma vontade consciente dos princípios norteadores dessa escolha e dos fins e consequências dessa ação. Na ação livre, o homem é consciente dos princípios de sua ação, porém, e isto é fundamental no pensamento de Sartre, não existem princípios prontos que sirvam de guia para a escolha humana, em outras palavras, não existem valores morais nos quais se possa fundar a ação humana.

Sartre (1999, p. 548-549) mesmo nos afirma tal coisa quando diz:

A realidade humana não poderia receber seus fins, como vimos, nem de fora nem de uma 'pretensa' natureza interior. Ela os escolhe e, por essa mesma escolha, confere-lhes uma existência transcendente como limite externo de seus projetos. [...] Portanto, é o posicionamento de meus fins

últimos que caracteriza meu ser e identifica-se ao brotar originário da liberdade que é minha. E esse brotar é uma *existência*; nada tem de essência ou propriedade de um ser que fosse engendrado conjuntamente com uma ideia. Assim, a liberdade, sendo assimilável à minha existência, é fundamento dos fins que tentarei alcançar, seja pela vontade, seja por esforços passionais.

A minha vontade de lançar-me em busca do que quero faz com que os fins a serem alcançados pela minha liberdade muitas vezes entre em confronto com os paradigmas encontrados em toda a sociedade. A concepção de uma liberdade absoluta torna-me permanentemente um ser sem nada, pois a minha liberdade faz com que eu me construa e faça de mim o que quero. Sartre (2007) diz que: "O que importa não é saber o que fizeram de nós, e sim o que fazemos com o que fizeram de nós".

Muitas vezes a preocupação está em torno daquilo que já se encontra pronto e acabado no mundo, sem levantar questionamentos sobre tais determinações. É a partir da superação de tais determinações que o indivíduo passa a ser o que é.

Sartre (2007) nos diz:

Condenado à liberdade, estou condenado ao valor, mas soberana e absolutamente livre aos meus valores, inclusive o de existir como homem no seio do mundo, e livre, por isso mesmo, em moldar o mundo segundo uma escolha que nada determina a tomar.

Diante da minha liberdade eu posso moldar o mundo segundo as minhas estruturas, segundo a minha forma de pensar, posso colocar no mundo um sentido que para mim valha conforme as estruturas que eu aprecio. Os valores não determinam a minha conduta, muito menos a forma como devo agir, a minha liberdade é independente de qualquer ação determinada pela sociedade, pelas regras e estruturas.

3 AS CONCEPÇÕES DE LIBERDADE

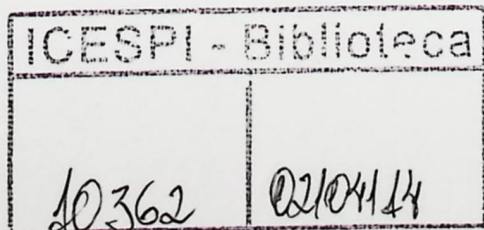
Ao ter-se visto algumas noções de compreensão de liberdade em todos os tempos vividos no decorrer da história, iniciando com a concepção grega, passando pela medieval e moderna, chegando até a contemporaneidade. Agora é apresentada objetivamente as fundamentações dessas concepções de liberdade.

3.1 A liberdade como determinação

O conceito de liberdade, em seu processo de desenvolvimento, enfrentou várias nuances, que por vezes a descaracterizavam como algo que verdadeiramente torna os atos livres. Um dos processos que desencadeou a não verificação da liberdade foi o ato de determinação que tornou a liberdade algo questionável. Segundo o determinismo científico, tudo o que existe tem uma causa. O mundo explicado pelo princípio do determinismo é o mundo do necessário, e não da liberdade. Sendo assim, todos os fenômenos da natureza seriam determinados e, inclusive, os atos humanos. Por vezes, a natureza faz o homem agir seguindo suas leis. Mora (1998, p. 159) define o determinismo da seguinte forma:

Numa acepção geral, o determinismo sustenta que tudo o que houve, há e haverá, e tudo o que sucedeu, sucede e sucederá, está de antemão fixado, condicionado e estabelecido, não podendo haver nem suceder senão aquilo que está de antemão fixado, condicionado e estabelecido. (MORA, 1998, p. 159)

Considerar que todas as coisas estão fixadas é eliminar da vida do indivíduo a sua vontade, escolha e liberdade perante as situações que vive. Por isso, afirmar um encadeamento rigoroso de todas as coisas e fenômenos é uma forma de negar a existência da liberdade. É eliminar a própria liberdade. Quanto mais a teoria determinista atua em relação à vida do homem ele passa a se tornar não mais um ser individual, capaz de optar por suas decisões, mas torna-se um ser universalizado, ao qual, toda a sua estrutura está submetida às ações do destino, da natureza e da história. Na teoria determinista, todas as escolhas humanas seriam apenas efeitos.



O homem tem a capacidade para agir em todas as situações e, por vezes, assim o faz; mas todas as ações realizadas pelo homem algumas vezes passam despercebidas à sua consciência, pois, ele já está habituado a realizar tais atos determinados por sua natureza. Segundo a teoria determinista, a liberdade de escolha que o homem tem não passa de hábito às regras naturais, sobre as quais ele toma consciência, pois o verdadeiro motivo de seus efeitos “livres” não são acessíveis aos sentidos, deixando a pessoa ignorante das reais causas de suas ações.

Baruch Spinoza (2007, p. 65) diz em sua *Ética*: “[...] Os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e esses apetites, por que os ignoram. [...] que os homens, em tudo, em função de um fim, quer dizer, em função da coisa útil que apetecem”.

Para Spinoza, os homens são conscientes apenas das ações que praticam, mas não são capazes de efetivamente distinguir quais foram as verdadeiras motivações que o levaram a praticar tal ação. Neste sentido, a visão de Spinoza é de que tudo ocorre na realidade consciente do homem, mediante um paralelismo das ações, que são apenas manifestação ou imposição de algo superior. Esse ser superior, ou substância única, é considerado Deus. É Ele quem está por trás de todas as ações realizadas pelo homem, por isso, todo e qualquer pensamento ou ação humana ocorre de forma paralela ao pensamento dessa substância única e superior que governa todas as coisas. Assim sendo, a determinação no pensamento de Spinoza causa uma grande perturbação, pois, considera que todas as escolhas humanas, apesar de conscientes, não passam de efeitos, ou seja, são causadas, fazendo com que as pessoas não possam agir de nenhum outro modo, diferente daquele que agem.

Segundo Reale (1990, p. 437) o pensamento de Spinoza se funda na relação da obediência do homem às leis naturais:

Com efeito, ele fala de ‘direito’ e de ‘leis’ naturais, no sentido de que por natureza, todo indivíduo é determinado a existir e operar de certo modo, sendo esse comportamento necessário: ‘Por direito e constituição natural não entendo outra coisa senão as regras naturais próprias de todo ser, regras segundo as quais concebemos cada indivíduo como naturalmente determinado a agir de modo particular’ [...].

Tal direito dado ao homem, de agir conforme a sua natureza, traz consigo a intensa necessidade de disputa entre os indivíduos, mas todos eles estão sujeitos a agir conforme as suas determinações, conforme a sua natureza, segundo as regras já fixadas e impostas, levando assim o indivíduo a conservar sua vida, sua história e seu desenvolvimento.

Dessa forma, "O estado de natureza, para Spinoza, traduz-se no esforço do indivíduo para conservar-se, isto é, viver e agir conforme é determinado por sua natureza" (NOGUEIRA, 1976, p.182). Entender esse estado de natureza é remontar aos gregos que se submetiam ao estado inconsciente de reflexão, pois, seguir os instintos naturais e obedecer às leis da natureza já era mais do que suficiente para garantir a felicidade. Atingir um estado de liberdade, nesse contexto, não era fundamentalmente a necessidade primeira, pois, todas as coisas deveriam seguir uma ordem natural que não deveria ser questionada. O pensamento de Baruch Spinoza reavivou a condição grega de determinação perante as condições apresentadas por sua natureza, assim, tanto o pensamento grego, quanto o pensamento de Spinoza confluem para uma relação determinista para a realidade humana.

Encontra-se no pensamento de David Hume uma divergência desse pensamento, mas também uma confluência para o tema do qual se trata aqui. Hume questiona o determinismo de Spinoza quando apresenta o problema da causalidade. Segundo esse princípio, todos os efeitos têm uma causa:

Toda a gente reconhece que a matéria, em todas as suas funções, se acha animada por uma força necessária, e que todo efeito natural está determinado com exatidão pela energia de sua causa, de forma que nenhum outro efeito poderia resultar dela em tais condições particulares. O grau e a direção de cada movimento estão prescritos pelas leis da natureza com tal exatidão, que seria tão difícil fazer surgir um grau ou direção diferente ao que se produz em realidade como fazer nascer uma criatura viva do choque de dois corpos. Portanto, se quisermos conceber uma idéia justa e exata da *necessidade*, devemos examinar a origem dessa idéia quando aplicarmos às ações corporais (HUME, 1996, p.90).

Para Hume, todas as coisas possuem um efeito necessariamente causado. Conceber uma liberdade, sem uma determinação natural, seria desconectá-la com a necessidade:

Portanto Hume (1996, p. 100) afirma que:

Mas para realizar nosso projeto de reconciliação relativo à questão da liberdade e da necessidade [...] não precisamos de muitas palavras para provar que todos os homens sempre têm concordado a respeito da doutrina da liberdade, assim como com a da necessidade, e que toda discussão a este respeito também tem sido, até agora, puramente verbal. Pois o que se entende por liberdade quando se aplica a palavra às ações voluntárias? Não podemos certamente dizer que estes atos têm tão pouca conexão com os motivos, as inclinações e as circunstâncias, que um não deriva do outro com um certo grau de uniformidade e que um não proporciona nenhuma inferência pela qual podemos concluir a existência do outro. Pois estes são fatos patentes e reconhecidos. Por liberdade, então, podemos apenas entender *um poder de agir ou de não agir segundo as determinações da vontade*; isto é, se escolhermos permanecer em repouso, podemos; mas, se escolhermos mover-nos, também podemos. Ora, reconhece-se universalmente que a liberdade incondicional encontra-se em todo homem que não esteja prisioneiro ou acorrentado.

O homem pode agir ou não conforme a sua decisão, mas ele vai estar sempre condicionado ao seu estado de necessidade e assim, todas as suas ações estarão interligadas e submetidas às causas que o levaram a realizar tal ação, independentemente da sua condição de liberdade, pois vai estar submetido a fatores causalmente necessários que o levam a tal.

3.2 A liberdade como essência

O conceito de essência foi introduzido por Platão com a sua formulação sobre o mundo das Ideias, primeiramente com a descoberta da existência de uma realidade supra-sensível, ou seja, uma dimensão supra-física do ser, na qual as essências são entendidas como aquilo que fazem com que cada coisa seja o que é. Para Platão, neste mundo das Ideias consistem em todas as verdades da realidade humana, e o mundo físico não passa de aparência, do qual o homem deve se libertar, por isso, as ideias são os paradigmas, de como cada coisa existente deve ser.

Tendo em vista que todas as coisas são apenas representações e a essência é a única realidade verdadeira existente desde todo o sempre, o homem no seu processo de desenvolvimento é aquilo que é. Apenas uma representação da essência, ao qual, o homem só se encontra em uma realidade existente fora do mundo objetivo.

Com isso, a essência se contrapõe à existência quando se trata do homem, pois, o essencialismo é uma filosofia do conceito, que concede primazia da essência sobre a existência. Ela se distingue da realidade objetiva do homem, quando coloca

no ser a verdadeira realidade existente e não na sua existência concreta como objeto; isto é, coloca o ser das coisas em algo que o transcende, que está fora dele e que por vezes faz com que a realidade seja subtraída.

Dizer que o homem é sua essência acarreta para ele a negação da própria existência, pois, 'ele é o que é e não pode deixar de ser o que é', o que, por vezes, suprime a condição de transformação e evolução do homem. Por que existe uma essência desde todo o sempre, que não pode ser diferente do que é agora?

Corroborar essa ideia de existência eterna, de, e para todo o sempre, a concepção que se tem de essência para Baruch Spinoza (apud REALE, 1990, p. 413):

É evidente que o originário [...], o fundamento primeiro e supremo, precisamente por ser tal, é o que remete a nada mais além de si, sendo portanto auto fundamento, causa de si, '*causa sui*'. E tal realidade não pode ser concebida senão como existente necessariamente.

E continua Reale (1990, p. 414):

[...] Aqui, continuando o discurso sobre a substância, devemos destacar ainda o sentido no qual ela coincide com Deus: 'Entendo por Deus um ser absolutamente infinito, isto é, uma substância constituída de infinidade de atributos, cada qual deles expressando essência eterna e infinita'.

Quando Spinoza afirma que Deus é essa substância eterna com uma infinidade de atributos, que constituem o todo da realidade existente, compreende-se seu panteísmo.

Assim também nos diz Reale (1990, p. 414):

[...]. E a visão da realidade em que baseia é a de que *Deus é precisamente a única substância existente*, de que 'tudo o que existe, existe em Deus, pois sem Deus nada pode existir nem ser concebido' e de que "tudo o que acontece, acontece unicamente pelas leis da natureza infinita de Deus e decorre da necessidade de sua essência".

A partir da afirmação de que Deus é a 'única substância existente' e de que 'tudo o que acontece, acontece unicamente pelas leis' desse Deus, pode-se concluir que todas as coisas e também o homem estão subordinados a essa lei divina. Se acontecer dessa maneira, o homem por mais que queira ser livre não pode, pois, estará essencialmente ligado a essas leis que o governam. Assim, Deus é o autor e

governador de todas as ações que são praticadas pelo homem, tornando-se um objeto, mero expectador, observador dessas leis divinas que o ultrapassam.

A realidade humana estará sempre subordinada a uma essência que conduz todas as coisas para a eternidade, pois, ela mesma é eterna, '*causa sui*' (causa de si mesma). Tendo em vista que a existência do homem provém dessa essência eterna, ele mesmo não pode deixar de existir e executar ações que o determinam a se configurar a essa realidade que se encontra na eternidade.

Dessas considerações sobre a constituição e formulação da essência, que transpassa a existência, superando a realidade objetiva e fixando-se na eternidade, que é o próprio Deus, a liberdade do homem fica por vezes concentrada na liberdade desse ser superior, pois, Ele é o detentor de toda a realidade existente, o único capaz de existir necessariamente, sem ser causado por nada, na qual se fundam todas as 'leis' naturais que devem ser obedecidas. Assim, conceber uma realidade essencial superior, que existe necessariamente desde toda a eternidade e que pode intervir diretamente como um ser de determinação na vida do homem, limita toda a sua liberdade e sua existência como ser autônomo e responsável por suas ações.

Uma realidade substancialmente existente desde toda a eternidade faz, por vezes, que o homem fique limitado à sua facticidade, tendo em vista que a sua realidade permanece sempre como sendo objeto dessa substância. Desta forma, é como remontar a Platão que dizia que o homem não passa de aparência de uma realidade superior. Sendo assim, mesmo que o homem queira fazer diferente na realidade do mundo objetivo, ele não estará fazendo nada além do que já é determinado essencialmente a fazer, que é igualar-se a essa realidade superior. Immanuel Kant (2002, p. 60-61) nos apresenta duas maneiras de se compreender a essência, de uma maneira lógica e de maneira real:

O conceito de essência pertence de per si à lógica. A essência pode ser essência lógica e essência real. A essência lógica é o primeiro princípio de todos os *predicados* lógicos de uma coisa; a essência real é o primeiro princípio de *determinação* de uma coisa. De fato a essência pode ser lógica ou real. [...] A essência real não é a essência de um conceito, mas de uma coisa. [...] Não podemos chegar ao princípio interno senão a partir das propriedades que nos são conhecidas, *por isso, a essência real da coisa nos é inacessível*, ainda que conheçamos dessa coisa grande número de elementos essenciais [...].

Ao dizer que a essência pertence primordialmente ao campo da lógica, Kant nos leva para um plano transcendental, no qual, a realidade do mundo sensível não pode ser conhecida objetivamente. Assim surge a negação da realização existencial do homem, pois, ao colocar a essência de todas as coisas em um plano lógico-racional, faz com que a liberdade aconteça principalmente nesse plano que transcende a realidade humana. O conceito de liberdade está além das realidades objetivas, pois essa liberdade só se concretiza num campo fora desta realidade, em um campo totalmente transcendental, que é o mundo lógico.

A liberdade só ocorre em um plano lógico, e o indivíduo é colocado como um realizador, através da racionalidade, dessa liberdade por meio de sua razão. O ir além efetiva objetivamente essa realidade, dependendo principalmente da lógica que o indivíduo possui.

A essência, por vezes, limita a capacidade que o homem tem de decidir sobre a sua vida. Ele se descaracteriza como um ser existente objetivamente, pois já encontra na essência o fundamento último da sua existência.

3.3 Concepção de liberdade como existência

Para se compreender o conceito de liberdade como existência a primeira ideia que se deve ter é que: A existência precede a essência. No que remonta a tradição filosófica, o conhecimento sempre seguia uma ordem bem determinada. Primeiramente, o conhecimento da essência de algum objeto (inclusive o ser humano), uma vez que aí se encontrariam os atributos principais que definiam o ser e a verdade daquilo que deveria ser conhecido; em segundo lugar, atentava-se para a existência, esfera da manifestação das qualidades definidoras ou essenciais do objeto. Essa precedência da essência em relação à existência tinha um propósito claro: tratava-se de compreender, antes de tudo, as noções que determinavam o objeto a ser tal como ele nos apresentava, pois os vários modos de seu aparecimento só podiam provir de suas determinações. Por isso, nas teorias tradicionais, conhecer significa principalmente determinar, isto é, entender que o objeto é necessariamente o conjunto de suas determinações. Com isso, supunha-se que essa visão garantisse a exatidão do conhecimento.

O argumento de que a essência precede a existência implica a necessidade de um criador. Assim, quando um objeto vai ser produzido (um martelo, uma caneta,

uma máquina), ele obedece a um plano pré-concebido, que estabelece sua forma, suas principais características e sua função, ou seja, ele possui um propósito definido, uma essência que condiciona sua forma e utilidade, e precede a sua existência. Sendo o existencialismo contrário a essa posição, de que a essência precede a existência, Sartre defende que há um ente, em que essa situação se inverte, e a existência precede a essência, ou seja: o ser humano. Assim, seria o próprio homem o definidor de sua essência, pois ele é o autor de suas próprias escolhas. É nele que se encontram as definições do que ele quer e do que pode fazer. Assim sendo, o homem existe ao tomar consciência de si mesmo e a partir dessa tomada de consciência ele é o determinante de suas ações. O homem não fica mais subordinado à natureza, ao destino e à história como pensavam os gregos.

A condição fundamental para a liberdade do homem é a sua existência, pois ele não atribui mais a seres superiores e a uma essência determinada todas as suas atitudes e escolhas, mas passa a ser autor de si mesmo. Desta forma, o homem deixa de ser um objeto determinado e passa a ser um *projeto* (Do latim *projectus*, "lançado para frente"), em que ele mesmo é quem se lança e se constrói. As suas expectativas e perspectivas não se encontram mais fixadas, pois, ao lançar-se rumo a novos horizontes, ele mesmo realiza sua vontade livre.

As ações livres do homem são as que o caracterizam como um ser capaz de realizar, de construir e fazer da sua vida o que desejar. Os homens são livres para agir em qualquer situação, não estão postos no mundo para seguir determinadamente a partir de sua facticidade (dimensão da "coisa" que todo ser humano tem e que é o conjunto de suas determinações), mas ele está posto nesse mundo cercado de múltiplos caminhos e múltiplas escolhas para fazer.

O existencialismo põe nas mãos do homem todas as responsabilidades por suas ações, ele proporciona e dá um sentido à vida do homem, pois, estando posto de frente com a sua realidade existente, pode tomar as decisões cabíveis às suas necessidades. Em poucas palavras, o homem tem a capacidade de escolher o que é melhor para si, ele é o único determinante de suas ações.

O homem não é, pois, nenhuma substância suscetível de ser determinada objetivamente. Seu ser é um constituir-se a si mesmo. Ele não é apenas como ele se concebe, mas como quer ser. A sua estrutura existencial está engendrada por todas as suas ações e capacidades de atuar, de ser o próprio protagonista de sua vida.

No existencialismo sartreano, a liberdade é a própria essência do homem. No existencialismo ela é espontaneidade pura, uma invenção constante para o realizar humano, ela se faz e se cria. O homem toma consciência de si e vai se afastando de seu passado determinista. Vendo sua realização no futuro, desta forma, ele se projeta, lança-se para novas realizações, vê-se totalmente livre das amarras que o prenderam por muito tempo. Agora ele é, ele existe realmente e tem consciência de si mesmo e de suas ações.

O homem é um ser que escapa a todo e qualquer determinismo exterior e interior, imposto por quaisquer leis naturais, pois, a liberdade é a manifestação de todas as suas ações. O homem é livre, pois nada impede que ele possa agir conforme a sua vontade, e todas as necessidades exteriores que tornam o homem um ser dependente se desqualificam quando ele toma consciência de seu ser existente, capaz de realizar toda e qualquer uma de suas vontades. Por isso, os indivíduos já não são subordinados a uma determinação ou a uma essência que os definem, eles por si tem a capacidade de refletir e tomar as decisões sobre todos os seus atos sem nenhum constrangimento que os impeça, Sartre (1997, p. 44-45) corrobora com essa nova concepção de liberdade, apresentando-a como sendo um fazer-se. Diz ele em *O ser e o nada*:

Para a realidade humana, ser quer dizer escolher-se: nada lhe vem de fora, nem de dentro, que ela possa receber e aceitar. Ela está completamente entregue, sem nenhum tipo de ajuda, à insustentável necessidade de tornar-se um ser até o mínimo detalhe. Assim, a liberdade não é *um* ser: é o ser do homem, isto é, o seu nada de ser. Se o homem era entendido antes como uma plenitude, seria absurdo procurar nele momentos e regiões psíquicas em que ele seria livre: isso equivaleria a procurar o vácuo num recipiente que antes foi preenchido até a borda. O homem não pode ser às vezes livre e às vezes escravo: é todo e sempre livre, ou não o é de modo algum. [...] Na realidade, nós somos uma liberdade que escolhe, mas não escolhemos ser livres: somos condenados à liberdade, [...] jogados na liberdade. E, como se vê essa condenação não tem outra origem a não ser a existência mesma da liberdade. [...] Ela se determina mediante o seu próprio 'fazer'. [...] Isso não significa que *primeiro* existe a realidade humana, e depois ela é livre. Antes e depois são termos criados pela própria liberdade.

A concepção de liberdade, como sendo a existência mesma do homem, é explicitada por Sartre ao afirmar que a 'liberdade não é um ser', mas ela própria 'é o ser do homem'. Com essa afirmação, pode-se compreender que não há uma determinação na vida do homem que o faça existir. Ele próprio é o que é: livre. Essa compreensão de liberdade constitui o cerne do existencialismo, que coloca o homem

no centro definidor de todas as ações que o compreendem. Assim, o homem tem total liberdade para agir em todas as suas dimensões da existência.

As ações livres do homem são todas motivadas por sua existência, esta, que se encontra na razão humana, pois, a liberdade é exercida em todo ser que tem consciência de si. Ao contrário, os objetos, que são criados, exercem funções determinadas e não tem liberdade para agir conforme sua vontade, tendo em vista que não tem consciência de suas ações.

O homem ao tomar consciência de si, defronta-se com a sua realidade objetiva, ele se vê e se reconhece como ser existente e autor de si mesmo. A existência põe em evidência aquilo que o homem, por vezes, deixou esquecido, ou que o impediu de refletir sobre sua realidade quando colocava sua vida nas determinações do mundo.

Este homem agora se encontra objetivamente livre, capaz de mudar a si mesmo e o mundo em que vive, ele é pura autoconsciência de si. Ele é o que é, homem livre, totalmente livre e responsável por tudo o que envolve as suas escolhas. Como diz Sartre (1997, p. 543): "O homem é condenado a ser livre". A sua existência consiste em ser livre e não ser livre essencialmente como pensavam os filósofos deterministas e essencialistas.

A filosofia existencialista sartreana põe a essência como sendo posterior a existência humana, pois, o homem define-se, realiza a sua essência pela escolha de seus fins. Há a negação do passado como fonte essencial de realização do homem, pois, o passado é algo determinado, fixo, imóvel, mas a fonte da existência do homem está em seu futuro, este, que o faz existir realmente. É pela afirmação do futuro que se realiza a vida do homem, ele está aberto a um mundo totalmente cheio de possibilidades, pois é na realização dessa infinitude de possíveis que o homem existe objetivamente, e é aí que se concretiza toda a sua liberdade.

4 AS RESTRIÇÕES DA LIBERDADE ABSOLUTA NA SOCIEDADE

Ao se ver as três interpretações que a liberdade passou durante o seu desenvolvimento, tais como: determinação, essência e existência. Pode-se fazer uma análise desta última e fazer uma crítica envolvendo as restrições que ela sofre ao ser interpretada.

4.1 Condicionamentos da liberdade

Pensar a problemática da liberdade implica em refletir sobre a própria condição humana de um ser que vive em comunidade, pois transpassa a própria fundamentação do coletivo, uma vez que a coletividade implica em homens compartilhando do mesmo espaço, das mesmas crenças, de afazeres, e, talvez, dos mesmos objetivos de vida. Essa relação de comunidade implica a necessidade de uma igualdade, que não se realiza, pois, os homens encontram-se em níveis de consciência diferentes, caracterizando a particularidade que cada um possui. É no surgimento dessa particularidade que os homens começam a defrontar-se consigo e com os outros, partindo em busca de ideais e objetivos diferentes. Os homens passam a agir com a sua própria vontade e com toda a sua liberdade.

O agir absolutamente livre de todos os homens, defronta-se com realidade que se encontra já cristalizada na comunidade juntamente com a cultura, leis, regras, estruturas governamentais, etc, tudo aquilo que antes dele querer usufruir de sua liberdade já o restringe por existir antes dele e que foram criadas por ele mesmo.

O indivíduo ao se estabelecer em uma comunidade está subordinado a seguir todas as regras impostas por ela, se não, ao contrário, sofrerá sanções que o impedirão mais ainda de exercer a sua liberdade, esta, é arrancada do indivíduo para que a sociedade possa funcionar de acordo com a realidade estabelecida pelos indivíduos de uma comunidade.

Ao participar de uma comunidade o indivíduo se abstém de seus próprios desejos e vontades para que assim, o bem de todos possa prevalecer mantendo assim um ordenamento de todas as coisas.

Assim fala John Locke (2001, p. 139) em sua obra *Segundo tratado sobre o governo civil*, ao expressar essa abstenção da liberdade individual para o bem de toda a comunidade:

Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para a vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade.

O convívio com outros indivíduos em uma sociedade faz com que o homem perca a liberdade, fazendo-se igual aos outros que também entregaram a sua condição de homem livre para que a comunidade possa estabelecer a relação de bem maior para todos os indivíduos.

Um dos condicionamentos da liberdade é que: “a realidade humana não pode se desgarrar do mundo”, como nos diz Sartre. Neste sentido o homem já encontra uma grande limitação para aquilo que o deveria caracterizar como um ser de liberdade absoluta, o ato de não poder se desprender da realidade do mundo faz com que o homem se concretize na realidade atual estabelecendo nela e com ela a vontade concomitantemente. Essa realidade mundana que prende o homem a si faz com que ele se depare com a sua impossibilidade de transcender e realizar coisas que estão acima de suas capacidades e de sua facticidade.

Tendo em vista que para Sartre a liberdade é absoluta e não existe nada que possa ser contrária a esta, já que o homem é o detentor de todas as possibilidades de escolha, pois ele é um projeto, aquele que se lança através de suas escolhas livres e de ações que ele por livre decisão toma. No entanto, defronta-se e encontra barreiras que o impede de ir além de suas possibilidades.

Ao deparar-se com a realidade percebendo todos os condicionantes factuais de sua humanidade que o prendem a este mundo, o homem vê-se existente, mas não com liberdade absoluta capaz de libertar-se totalmente do seu ser humano, pois, é essa concretização de humano que ele realiza todas as suas necessidades.

O homem, por mais que busque libertar-se absolutamente de todas as coisas optando livremente por satisfazer várias ações tomando por base a sua realidade exclusivamente existente, o eu deixa de ser livre para escolher não morrer, não pode escolher em qual sociedade, cultura, família nascer, todos esses aspectos caracterizam alguns condicionamentos que a liberdade absoluta encontra ao ser questionado sobre a sua ação livre diante de tudo.

Diante de situações concretas, a qual, indivíduos se encontram sob as leis e normas de uma sociedade já instaurada com suas estruturas enrijecidas mesmo que ele tenha consciência da liberdade absoluta, transpassar tais estruturas desqualificando-as para agir de acordo com a sua própria vontade sem tomar em consideração os valores já impostos pela comunidade e pela sociedade ao qual ele se encontra barreiras para a sua liberdade se concretizar absolutamente.

Todas as realidades encontradas pelo homem antes mesmo da sua existência, fazem com que ele se depare com sua incapacidade de transformar esta realidade já cristalizada. Fazer com que todo o contexto se dissolva em sua compreensão de razão e na sua ação de liberdade absoluta fere os valores que se encontram acima dele e de sua realidade. O homem se depara com a realidade imposta pela sociedade ao qual vive, de tal maneira que ela se apresenta a ele como uma forma opressora e restringidora de sua liberdade, o estado de consciência que o homem atinge ao entender a sua liberdade, defronta-se ao mesmo tempo com as sanções que podem ser sofridas por tais ações de liberdade.

Diante disso, aqueles que procuram se refugiar em fantasiosas regras para justificar suas ações, sob pretexto de não ter podido agir de outro modo, pois já encontrou a sociedade e o meio em que ele se localiza, já formado, é um mentiroso, um enganador, um trapaceiro. Recusar-se a escolher é escolher não escolher. Portanto, o homem sempre tem a possibilidade, ou mesmo a necessidade, de escolher o caminho que será seu, de escolher os caminhos da liberdade que se abrem diante dele e que ele aceitará ou não trilhar, segundo tenha coragem de assumir suas responsabilidades ou prefira refugiar-se na má-fé do determinismo. O existencialismo sartreano consiste, pois, em opor o ser livre, cuja existência e liberdade se confundem, ao ser – coisa em si – para quem tudo está determinado de antemão e que não possui margem alguma, domínio algum de libertação possível.

Mas essa oposição do existencialista ao que está determinado, por vezes, faz com que o homem escolha o que já é para ele escolher. O fazer diferente diante de

uma gama de possibilidades, muitas vezes é a mesma escolha daquilo que deveria ser uma escolha diferente. Escolher o que é diferente pode ser a escolha daquilo que mesmo inconscientemente já estava determinado a acontecer.

A relação que o indivíduo tem consigo e com a sua sociedade ao qual ele vive o condiciona a ter comportamentos divergentes que ele mesmo pensa ser livre para agir de tal maneira, mas no entanto, ele está apenas seguindo o curso da sua vontade, que ao pretender fazer diferente, está dando continuidade ao que sempre foi e sempre será consciente ou inconscientemente imposto pela natureza humana e pela sociedade.

A relação entre o homem e a sociedade do seu tempo ao qual ele vive, comporta uma gama de tradições que dão continuidade a toda a história da humanidade. O relacionamento estrito do homem e a carga de conceitos que já lhe foram transmitidos desde o seu nascimento, faz com que ele mesmo querendo ser livre, torna-se preso a uma estrutura ao qual ele encontrou mesmo antes de ter nascido, romper com toda uma estrutura social é isolar-se do mundo e se transformar em um ser estranho a esse mundo ao qual ele vive.

O homem não pode ser um indivíduo livre, se não estiver ligado a uma comunidade, mesmo que ele se proponha a viver isoladamente, ele sempre vai ter necessidades que o ligam à sua humanidade e à sua sociabilidade.

Viver a realidade humana é estar em contato com o semelhante, aquele que é capaz de compreender a linguagem, os gestos e os signos que a compreensão humana entende e que foi convencionada para que houvesse tal entendimento, mas por vezes, a nossa liberdade não está em apenas entender e compreender os outros, estes muitas vezes são os limitadores da liberdade, condicionadores naturais capazes de suprimir a minha relação comigo mesmo.

4.2 O outro

A liberdade está no cerne da vida coletiva na medida em que viver no público significa conviver com o outro, ou seja, em toda a vida social é subentendida a relação entre o eu e o outro. Ora, é exatamente nesta relação eu-outro, alicerçada e fundamentada na vida social, que encontramos, intrínseco a esta relação, o problema da liberdade. Assim, nas relações interpessoais, podemos questionar quais os limites da minha liberdade sobre o outro e a do outro sobre a minha? Quais

os valores subjacentes às ações livres são necessárias para a convivência com o outro? O modo de vida do outro impõe limites à minha liberdade, e até que ponto esta limitação constitui-se num Bem para mim? E, se ao afirmar livremente minha forma de viver, e em decorrência desfrutar de momentos felizes, esta forma acarretar um dano ao outro? Este dano é um Bem para mim, pois afirma a minha felicidade, mas é um Mal para o outro, pois lhe traz dores. Como, então, conviver com esta situação? Até que ponto ser livre para agir não implica no fazer do outro um meio para a minha liberdade? O sentimento de ódio, e suas decorrências como a vingança, a luta, o assassinato, não são inerentes ao relacionamento eu-outro, na medida em que o outro impõe limites à minha liberdade, a minha felicidade e ao meu prazer, e por isso, odiamos o outro e desejamos exterminá-lo.

Por outro lado, o outro também faz de mim seu objeto. Dessa forma, na liberdade o homem perde sua humanidade tornando-se uma coisa do outro e fazendo do outro, igualmente, uma coisa:

O Outro me faz um Ser indefeso perante uma consciência que me julga. A transcendência alheia supera minha transcendência. Diante do Outro sou uma 'transcendência-transcendida'. De certo modo, somos escravos do Outro que é nosso juiz e nosso senhor. Não temos para onde fugir. Para onde quer que vá, o que quer que faça, o Outro estará presente, mesmo em meu quarto fechado, porque o Outro está encravado no meu próprio miolo (sou um 'Ser-Para-Outro'). (PERDIGÃO, 1995, p. 145).

O encontro com o outro, faz com que a vida em sociedade impeça o florescimento total e expressão máxima da liberdade absoluta que o homem por vezes diz ter na filosofia existencialista. Mas ao encontrar no outro um limite para a expressão total de sua liberdade fundamental, o homem descobre que a realização total de sua liberdade pode ser descartada, pois ao perceber que o outro também tomou consciência de que tem uma liberdade e que pode realizar tudo o que quiser, entra em um embate com a liberdade do outro, que também quer ser livre e expressar a sua liberdade. Os indivíduos se enfrentam inconscientemente para expressar a sua realização, eles buscam alcançar objetivos que foram traçados na tomada de consciência de sua liberdade, cada um tem a vontade de executar a sua ação para alcançar o seu objetivo.

Sobre a necessidade da existência do outro, assim nos fala Perdigão (1995, p. 146-147):

Necessário para mim, o Outro é também um mal- um mal necessário [...] somos, eu e o outro, duas liberdades que se afrontam e tentam mutuamente paralisar-se pelo olhar. Dois homens juntos são dois seres que se espreitam para escravizar a fim de não serem escravizados.

Cada um na sua individualidade torna-se capaz de transformar o outro naquilo que lhe é mais temido, o ser escravo e não mais um ser livre. O conflito de liberdades que se afrontam faz com que o homem tema a realidade existente do outro, pois é no encontro com o outro que se instaura uma verdadeira guerra de interesses, nos quais cada ser quer expor e impor aquilo que lhe compete como ser totalmente livre capaz de realizar tudo o que está ao seu alcance.

Quando confrontado com a realidade do outro, o indivíduo teme aquilo que lhe é mais apetecível, a sua liberdade, pois o outro faz com que o eu tema a realidade que se encontra diante de mim e minha liberdade se restringe em contato com a liberdade do outro, pois, elas estão lutando entre si para impor cada qual a sua força, não se comprometendo com a liberdade do outro se limitando mutuamente.

Na relação entre o eu e o outro, o eu possui, em sua consciência, valores, desejos, objetivos de vida e ideais em relação ao outro. Por sua vez, o outro também alimenta em sua consciência valores, desejos e objetivos em relação ao eu. Neste contexto de convivência, frequentemente os desejos e objetivos do eu não estão alinhados com os desejos e objetivos do outro, assim, toda a relação está impregnada de conflitos.

Essa relação de conflito entre o eu e o outro caracterizando a limitação da minha liberdade, por vezes toma como desconcretização da realização dos anseios do eu, pois, ao defrontar-se com as mesmas necessidades do outro o eu passa a perceber a necessidade de realizar a sua vontade independente das necessidades e liberdade que o outro também possui. É nessa realização da necessidade do eu de exprimir toda a sua liberdade que o outro passa a ser para ele um empecilho que o trava diante de tantas situações.

O eu para ser livre totalmente tem que se desligar da realidade existente do outro, negar a liberdade do outro, que também existe na realidade objetiva e detém a mesma capacidade de liberdade, e transformá-lo em um simples objeto que pode ser usado pelo eu para que a liberdade não seja reprimida, mas que o outro possa ser usado como caminho para a realização dos objetivos do eu.

O outro se tornando simples meio para que o eu alcance todos os seus objetivos implica na não necessidade de uma relação íntima com o outro que é semelhante ao eu, pois, sendo, o outro, meio para alcançar os objetivos do eu, tendo estes sido alcançados, o outro pode ser descartado, já que ele é um simples objeto de uso do eu.

Surge então uma questão: ao mesmo tempo em que o eu faz do outro um objeto para alcançar os seus objetivos, o outro faz do eu objeto para que seus objetivos também sejam alcançados, tendo em vista que as duas realidades são conscientes de suas ações. Tanto o eu como o outro possuem consciência para agir livremente e por isso, podem fazer um do outro realidades que se utilizam um do outro para se alterarem a partir de suas necessidades de utilidade. Conviver com outros, por vezes requer uma negação da liberdade do eu para que toda a sociedade possa viver em harmonia. A vivência em uma sociedade com outros exige muitas vezes a abstenção da liberdade individual para que o todo possa sobreviver, no outro e em convivência com o outro se encontra a limitação mais visível da liberdade do eu como absoluta, Sartre (1999, p. 473) afirma o confronto de liberdade entre eu e o outro:

...pode acontecer que, pela própria impossibilidade de identificar-me com a consciência do outro por intermédio da minha objetividade para ele, eu seja levado a me voltar deliberadamente para o outro e *olhá-lo*. Nesse caso, olhar o olhar do outro é colocar-se a si mesmo em sua própria liberdade e tentar, do fundo desta liberdade, afrontar a liberdade do outro. Assim, o sentido do preterido conflito será deixar às claras a luta de duas liberdades confrontadas enquanto liberdades.

Esse confronto entre as duas liberdades, do eu e do outro, faz com que um tente anular o outro, demonstrando maior força e habilidade para o uso da sua liberdade. O confronto gerado entre o eu e o outro outorga a necessidade de que cada um possa realizar a sua vontade segundo as suas competências, mas esse direito que é dado a cada uma das partes de exercer a sua liberdade é rompida por ambas as partes, quando elas passam a se confrontar tentando dominar um ao outro.

Esse embate gerado entre as duas liberdades faz com que a consciência do eu tente se apropriar daquilo que é fundamental para a existência do outro, a sua liberdade. Nesta tentativa de domínio do outro, o eu passa a utilizar os meios necessários para que o outro possa tornar-se propriedade sua, negando assim a sua

liberdade. É através do controle da liberdade do outro que o eu passa a vigorar sozinho, auto-suficiente, senhor de si:

Mas se é verdade que o desejo é uma consciência que se faz corpo para apropriar-se do corpo do outro, apreendido como totalidade orgânica em situação com a consciência no horizonte, qual será a significação do desejo [...] A resposta será fácil se pensarmos que, no desejo, faço-me carne *na presença do outro para apropriar-me da carne do outro*. (SARTRE, 1999, p. 484).

Nessa perspectiva de domínio da liberdade do outro e transformação do outro em objeto, o eu passa a ter o domínio de toda a sua realidade objetiva. Expressada em fatos, quando o indivíduo utiliza-se do outro como meio para alcançar seus objetivos, tornando-se dominador da realidade a que se apresenta, o outro para ele torna-se descartável. Na sociedade em que o indivíduo quer ser auto-suficiente e utiliza-se dos outros como simples objetos, anulando toda e qualquer expressão de liberdade, a responsabilidade por todas as ações passam a ser desprezadas, pois o outro perde todo o seu valor de pessoa.

Essa experiência de anulação do outro é expressa por Sartre (1999, p. 475) quando ele diz:

Coloca-me, pois, no último grau de objetividade, no momento mesmo em que posso me crer uma subjetividade absoluta e única, posto que sou visto sem sequer poder experimentar o fato de que sou visto e sem poder me defender, por meio deste experimentar, contra meu 'ser visto'. Sou possuído sem poder voltar-me contra aquele que me possui. Na experiência direta do Outro enquanto olhar defendendo-me experimentando o Outro, e resta-me a possibilidade de transformar o Outro em objeto.

É assim, com a transformação do outro em objeto e anulação de sua liberdade que o eu pode respirar aliviado, pois não tem mais nada que o impeça de se expressar totalmente em toda a sua existência, agora sim ele pode desfrutar daquilo que ele por natureza foi constituído existencialmente, ser livre sem ter nada que o impeça, mas esse desfrutar de liberdade absoluta do eu, tirou a liberdade que o outro tinha e que também poderia desfrutar. Diante dessa capacidade de atuar sobre o outro, o eu torna-se um ser inescrupuloso que não mede as consequências de seus atos para que a sua vontade seja feita. Mesmo percebendo que a minha liberdade suprime a liberdade alheia, transformando o outro em escravo da minha

vontade, mas também o outro, tenta fazer de mim um escravo extinguindo a minha liberdade.

Do outro que não posso fugir, este que se encontra com o eu em todas as horas do dia, a todo o momento, confrontando-se mutuamente, tentando realizar aquilo que mais lhe compraz que é anulação da liberdade do outro fazendo com que ele esteja subordinado à vontade que o eu tem de domínio do outro. Mesmo tentando anular a existência do outro dentro de si, o eu se encontra na realidade do outro que o domina, que o contém em uma constante luta entre o eu e o outro.

Essa relação de ser-para-outro que se defrontam constantemente e que tentam se anular, tornando assim o homem incapaz de realizar todas as suas vontades, torna-se uma das limitações que o eu encontra. Mesmo que o eu não esteja vendo o outro, a liberdade do eu fica limitada pela presença não física, mas uma presença de consciência, presença que se concretiza através da confrontação do ser que se expressa no outro, pois, mesmo querendo ou não, o eu reconhece a existência do outro em sua consciência, pois, o outro também possui uma consciência.

A existência do outro na consciência do eu, priva este de realizar muitas de suas vontades, pois o encontro com a consciência do outro que julga as ações do eu, distancia a concretização de todas as vontades que o homem julga capaz de realizar. É a partir desse encontro de consciências que o eu passa a perceber que todas as suas vontades pessoais passa a ter limites e ele não pode ultrapassar a liberdade que o outro também possui, mantendo-se numa posição de negação daquilo que ele é: livre. Essa negação em vista de um bem comum é a negação do seu ser como existente livre absolutamente, pois ele se encontra preso à vontade do outro, ao qual, tentou eliminar e usar como objeto para alcançar seus objetivos.

O eu se encontra preso ao outro que o determina a agir não como um ser livre, mas como um ser que tem no outro o possuidor da sua liberdade, pois fica subordinado ao julgamento do outro que se encontra em sua própria consciência. Negar a existência da liberdade do outro, é negar a sua própria existência e o eu não quer deixar de existir, por isso, ele prefere abster-se de sua vontade para continuar existindo, ele quer manter-se como detentor de uma autonomia que ele só encontra em comunhão com o outro. O outro é um grande limitador da liberdade do eu, pois o outro sou eu mesmo que não quer ficar preso à vontade de outrem. É necessário que o eu tenha uma participação junto com o outro, o eu não pode

existir conscientemente sem outro, pois o outro mostra quem verdadeiramente é o eu.

4.3 A morte

Um indivíduo não tem poder sobre o início da própria vida. Sua concepção e seu nascimento são frutos da vontade alheia. É o nascimento com vida que marca o início da condição humana efetiva, com a aquisição de personalidade e da aptidão para ter direitos e obrigações. Um indivíduo tem poder sobre o fim da própria vida. A inevitabilidade da morte, que é inerente à condição humana, não interfere com a capacidade de alguém pretender antecipá-la. A finitude da vida e a vulnerabilidade do corpo e da mente são signos da nossa humanidade, o destino comum que iguala a todos. Representam, a um só tempo, mistério e desafio. Mistério, pela incapacidade humana de compreender em plenitude o processo da existência. Desafio, pela ambição permanente de domar a morte e prolongar a sobrevivência. A morte é uma certeza, não uma escolha.

Todos estão sujeitos a essa condição inerente ao ser humano que é a morte, ela é o ponto final da existência humana, dela ninguém pode escapar, é nela que se finda a realidade. O homem não pode escolher não morrer. Quando o homem nasce, a única certeza que o espera, é de um dia morrer, quando isso acontece toda a sua realidade factual se dilui naquilo que mais se temia a determinação de algo que a liberdade que existe no homem não pode controlar.

O homem através da sua consciência percebe se aproximando a sua finitude, ele que passou a existir para uma realidade de possibilidade, encontra diante da morte a sua barreira final, aquilo que por mais que tente não pode controlar. A sua existência chega ao fim. Ao deparar-se com a realidade da morte, todos os seus projetos e objetivos acabam por perder a sua condição fundamental que é dar sentido a tudo o que o homem fez e realizou. O eu que por vezes se utilizou do outro como objeto para atingir todos os seus objetivos, percebe que é igual a ele, que a sua realidade existente verdadeiramente é transitória, tudo aquilo que foi construído se aniquila diante da morte.

O eu que se depara diante da morte com toda a sua realidade factual, a sua dimensão de "coisa" que todo ser humano tem, suas determinações, seus anseios frustrados, e expectativas de um futuro melhor para si e para os seus, tudo isso se dilui naquilo que ele não quer enfrentar, mas sabe que de qualquer maneira não

pode fugir. Esse eu que tenta fugir de tal realidade, que é a morte, não procura refúgio em uma realidade substancial, além de si e de sua consciência, pois ele sabe que tudo o que existe de fato é o que ele está presenciando e tudo se findará.

A morte faz com que o eu deixe de ser uma presença existencial, uma realidade objetiva, concreta. Assim Heidegger (1993, p. 17), fala a respeito da morte:

Alcançar a totalidade da pre-sença na morte é, ao mesmo, perder o ser pre. A transição para o não mais estar pre-sente retira a pre-sença da possibilidade de fazer a experiência dessa transição e de compreendê-la como tendo feito essa experiência. Com efeito, o mesmo se pode recusar a cada pre-sença, no que concerne a si mesma. A morte dos outros, porém, se torna tanto mais penetrante, pois o findar da pre-sença é "objetivamente" acessível. Sendo essencialmente ser com os outros, a pre-sença pode obter uma experiência da morte. Esse dado "objetivo" da morte também deverá possibilitar uma delimitação ontológica da totalidade da pre-sença.

Então, respeito à aniquilação da presença existencial do homem que se finda com a chegada de sua morte, o eu ao passar por essa experiência não encontra refúgio em nada e dela não pode se esquivar. Quando se defronta com o outro que parte, através da experiência da morte, deixando para trás a sua existência, o eu percebe-se insignificante e a sua liberdade se vê impotente diante de tal realidade, pois, a morte é algo inerente à natureza humana e dela nenhum homem pode escapar.

A realidade do eu está sujeita sempre à sua realidade factual, corpórea, dela não se pode escapar e nem negar. É no encontro do eu com a sua facticidade que lhe sucede a incapacidade da sua liberdade realizar qualquer ação contrária à natureza do corpo. Tenta-se retardar tal acontecimento, mas ele é inevitável devido à condição humana que se desintegra por completo após a morte. É essa desintegração do corpo que a liberdade humana não pode impedir, ao qual, também é incapaz de tornar um corpo eterno, a vontade de viver eternamente se dissolve, se dissipa quando a morte chega.

A dissolução do corpo, da matéria proporciona ao eu um encontro com a sua verdadeira condição de ser limitado, ser que mesmo possuidor de uma consciência livre, capaz de superar toda e qualquer realidade que se apresenta a ele em vida, não pode superar a realidade da morte, esta que se encontra em seu ser desde o momento de seu nascimento.

O cessar de todas as estruturas físicas, psicológicas, etc, do homem, torna-o, igual a todos os outros conforme a sua estrutura biológica, leva o eu a temer a não realização de seus desejos e objetivos que ele planejou para executar através de sua liberdade. A ausência de controle sobre a morte faz do eu apenas um objeto que é usado para realizar ações que já são previstas pela ação da própria natureza constitutiva do homem.

A liberdade tem seu limite com a morte, ela não transpassa a realidade que se esvai, no ser existente que deixa este mundo real. O ser para a realidade existente absolutamente não tem mais nenhuma expectativa após a morte, pois ele se realizou por completo aquilo que sua vontade consciente o pedira, mas o pedido de viver mais além não pode ser concretizado, pois a vida termina. O ser que um dia teve a liberdade para realizar todas as suas vontades e desejos já não pode mais fazer nada, pois se encontra impedido pela falta de ser que não existe mais, pela sua morte que é a sua única realidade a partir de agora.

5 CONCLUSÃO

O percurso deste trabalho favoreceu o entendimento do conceito de liberdade desde os gregos, com o seu determinismo, até a contemporaneidade com a sua liberdade absoluta. Livre é o homem que não se deixa escravizar pela própria liberdade e apetite, seguindo os princípios éticos por intermédio da tomada de consciência perante a sua vontade de ser livre, dentre a qual a verdade é sempre uma prática de virtude livre na vida do ser humano, pois a liberdade é essencial para ele, pois sem ela o homem se perde deixando-se controlar por toda e qualquer vontade que lhe sobrevém.

Dentro da análise da liberdade em seus vários tempos e contextos, pode-se perceber a necessidade que o homem tem de encontrar uma resposta para aquilo que lhe é mais inquietante: sou livre ou determinado a fazer algo? Essa pergunta perpetua ainda a vida de muitas pessoas. Assim, pôde-se analisar no desenvolvimento deste trabalho algumas perspectivas que proporcionaram a observância de alguns pontos de vista em relação à liberdade, tais como: a determinação, a essência, a existência, tendo em vista que, até hoje ainda não se chegou a uma resposta conclusiva sobre a questão da liberdade. Foi-se feita uma crítica à liberdade absoluta que Jean-Paul Sartre, com seu existencialismo proporcionou ao longo de uma época em que se buscava a realização da liberdade absoluta, pois mesmo o homem sendo autor e detentor de sua vontade, por vezes não pode realizar o que quer, pois se encontra subordinado a uma facticidade, e também por que nasce em uma sociedade com leis estabelecidas que ao infringi-las sofre sanções e repressões.

O intuito de negar a existência de uma essência, esta, fazendo com que o homem seja um ser transcendente, um ser que é concebido antes mesmo de seu nascimento colocando-o apenas no plano existencial, e com isso fez com que a liberdade tenha sido interpretada como absoluta e o homem o seu principal executor, pois nela e a partir dela o homem se faz. O homem não encerra a sua existência neste mundo, ele é muito mais do que uma realidade que existe e se acaba, ele é um ser superior.

A concepção de liberdade que foi entendida no existencialismo de Sartre sofre duras críticas ao colocar o homem como sendo apenas um ser existente que deve realizar todas as suas vontades sem se preocupar com a sociedade em que vive, com o outro que compartilha do mesmo espaço e consigo mesmo, pois a liberdade também exige responsabilidade para que não haja conflito com os outros.

A liberdade é para todos os homens, existe desde sempre e o homem encontra a sua felicidade ao se compreender como ser livre, mas que assume suas responsabilidades e toma a responsabilidade para si, para o outro e para a comunidade ao qual vive.

Desta forma, não foi esgotado o entendimento da liberdade, podendo-se ter ainda muitas interpretações de seus conceitos na vida do homem. Por isso, os desenvolvimentos da história, da sociedade e do próprio homem vão demonstrar a capacidade que este tem de lidar com a sua liberdade que lhe foi dada. Pois, o homem existe, a liberdade existe e a partir do uso responsável desta, o homem poderá ser feliz e ser aquilo que desde o sempre foi: livre e responsável por sua liberdade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica I**, q. 83, a. 1. (As abreviações significam: Parte 1, questão 83, artigo 1). São Paulo: Loyola, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: Introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HUME, David. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KANT, Immanuel. **Realidade e existência: lições de metafísica: introdução e ontologia**. São Paulo: Paulus, 2002.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência e liberdade. Uma introdução à filosofia de Sartre**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

REALE, Giovane; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990.

_____. **História da filosofia: Do humanismo a Kant V. II**. São Paulo: Paulus, 1990.

SARTE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970.

_____. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2007.